



Organizações & Sociedade

ISSN: 1413-585X

revistaoes@ufba.br

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Carvalho, José Luis Felício

TRABALHO, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: MÚLTIPLAS CONTRIBUIÇÕES POR UMA  
ABORDAGEM PLURAL

Organizações & Sociedade, vol. 18, núm. 59, outubro-diciembre, 2011, pp. 747-751

Universidade Federal da Bahia

Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400638326011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## TRABALHO, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: MÚLTIPLAS CONTRIBUIÇÕES POR UMA ABORDAGEM PLURAL

por José Luis Felício Carvalho\*

Apresentado como uma idéia que brotou de uma conversa ocorrida em uma mesa de bar na cidade de Copenhagen, em 2009, o livro “Diversidade Sexual e Trabalho”, organizado por Maria Ester de Freitas e Marcelo Dantas, anuncia seu propósito como o de analisar a temática retratada em seu título “a partir de múltiplas perspectivas, por acadêmicos renomados em seus campos de atuação, (...) com o compromisso de lançar um olhar novo, ousado, original sobre a questão, buscando ultrapassar os ranços, as mágoas, as discriminações, os estigmas e os preconceitos” (p. VIII). Para buscar fazer jus a essa ambiciosa proposta, os autores recorrem a um expressivo conjunto de acadêmicos brasileiros, identificados primordialmente - porém não exclusivamente - com o campo do conhecimento em Administração, para confeccionar uma obra em doze capítulos divididos em duas partes.

A primeira parte do livro, intitulada “Orientação Sexual e Trabalho”, reúne textos classificados pelos autores como mais genéricos, por meio dos quais se pretende analisar a orientação sexual frente ao contexto social mais abrangente. Nessa parte, encaixam-se os poucos capítulos do livro dedicados a explorar a diversidade sexual além dos estudos de gênero mais focados no binômio homem heterossexual *versus* mulher heterossexual, nomeadamente textos que gravitam em torno de questões relacionadas a *gays* masculinos, travestis e transexuais - quase nada se fala acerca de lésbicas ou de outras diversidades sexuais minoritárias. Na segunda parte do livro, denominada “Um Agir Sexual no Trabalho?”, levanta-se a perspectiva de explorar profissões específicas que, ao longo do tempo, ficaram marcadas por estereótipos de gênero. Essas profissões são: donas(os) de casa e cozinheiras(os), profissionais acadêmicos, policiais e peritos, acadêmicos novamente, artesãos(ões) e gerentes.

A tarefa de reunir um coletivo forte de intelectuais focados em explorar uma problemática tão complexa sob ângulos distintos, talvez, tenha levado os organizadores da obra a selecionar, dentre excelentes textos, alguns capítulos que trazem contribuições difusas e que empreendem esforços duplicados, principalmente no que tange aos trabalhos que compõem a segunda parte do livro. O capítulo assinado por Livia Barbosa, por exemplo, intitulado “Os donos e as donas da cozinha”, comporta discussões interessantes sobre gastronomia, estetização da cozinha e alimentação na contemporaneidade, mas avança muito pouco no problema da divisão entre os gêneros no que concerne ao trabalho doméstico. Ademais, há dois textos que versam sobre os gêneros e a profissão acadêmica: o capítulo produzido por Maria Ester de Freitas e aquele escrito por Sylvia Constant Vergara e Ana Paula Cortat Zambrotti Gomes. Ainda que, isoladamente, cada um desses dois textos tenha sido redigido de forma envolvente e robusta, proporcionando o aporte de importantes contribuições teóricas, talvez não tenha sido adequada - no sentido de se buscar evitar a auto-referência, cujos indícios transparecem em outros aspectos da obra, como se argumenta adiante - a escolha de se ter dois capítulos com acadêmicos discorrendo sobre acadêmicos em um livro com apenas doze capítulos, em que poderiam ter sido selecionadas centenas de profissões.

Dos doze capítulos selecionados para o livro, seis são constituídos por ensaios teóricos - alguns dos quais, infelizmente, não chegam a ser aproveitados como “recurso para ampliar a interdisciplinaridade e promover a construção de saberes por meio

\* Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/Rio. Professor Adjunto IV da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro - FACC/UFRJ, Rio de Janeiro/RJ/Brasil. Endereço: R. Moura Brasil, 31/401, Laranjeiras. Rio de Janeiro/RJ. Brasil. CEP: 22.231-200. E-mail: zkcarvalho@hotmail.com

da relação intersubjetiva”, conforme recomenda Meneghetti (2011, p. 331), para a elaboração de ensaios teóricos por pesquisadores em Administração. Diante da falta de material advindo do campo, para consubstanciar sua argumentação, alguns desses ensaios empregam dados secundários, tais como trechos de entrevistas realizadas por outros autores. A outra metade dos capítulos do livro compreende pesquisas teórico-empíricas. Talvez fosse interessante desequilibrar o fiel da balança para o lado dos artigos que contivessem trabalhos empíricos, haja vista que, por ser a Administração uma ciência social aplicada, as contribuições do campo podem ser potencializadas quando se concede voz a gerentes e a sujeitos gerenciados (NASCIMENTO, 2006), visando “desvendar nossas práticas, apresentar sugestões para resolver problemas sociais e organizacionais e criar teoria local” (ROESCH, 2003, p. 167).

Desperta certa curiosidade o fato de autores de alguns capítulos do livro em exame terem optado por pessoalizar seus discursos, fugindo aos ditames regularmente encontrados em guias de redação científica, os quais geralmente recomendam que sejam evitadas a primeira pessoa do singular e a primeira pessoa do plural na construção de textos acadêmicos (ALMEIDA; MIRANDA, 2009). Comumente associada a publicações da área de ciências humanas, essa escolha pode ter sido motivada pelo desejo de se buscar maior legitimação para conteúdos acerca de diversidade sexual produzidos por pesquisadores associados às ciências sociais aplicadas, uma vez que, ao longo dos anos, o direito a explorar essa temática parece ter sido demarcado por acadêmicos de Filosofia, Sociologia, Psicologia e Antropologia. Outrossim, acredita-se que os árduos esforços por angariar contribuições interdisciplinares e multidisciplinares para o campo da Administração - um movimento amplamente defendido, porém, raramente levado a termo de modo efetivo (FADUL; SILVA, 2009) - deva privilegiar o conteúdo, não a forma.

A despeito dos inúmeros acertos conquistados a partir da gratificante empreitada de organizar um livro tão necessário para o avanço do conhecimento em Administração no Brasil, naturalmente a obra não nasceu livre de problemas. Em sua Introdução, Dantas e Freitas cometem a imprudência de definir, em um parágrafo, oito complexos conceitos: sexo, gênero, heterossexualismo, homossexualismo, transexual, travesti, identidade de gênero e hermafrodita. Um parágrafo longo, com quase vinte linhas, mas ainda assim, um único parágrafo (esse estranho recorde de linhas será suplantado no próximo parágrafo da presente resenha). Se essa conceituação superficial e incompleta não fosse totalmente dispensável - posto que as mesmas definições são retomadas e esmiuçadas mais adiante pelos autores dos capítulos subsequentes - o livro poderia ter seu entendimento prejudicado, o que acabaria por comprometer o esforço despendido ao longo dos mais de dois anos transcorridos desde aquele primeiro bate-papo no botequim dinamarquês.

Academicamente, a questão do gênero tem sua origem nos trabalhos acerca da (des)igualdade entre os sexos, por intermédio dos quais se chegou aos estudos feministas. Entabulando-se o improvável exercício de reduzir a extensa relação de obras fundamentais acerca da luta pela igualdade da condição feminina a um punhado de livros obrigatórios, poder-se-ia traçar um breve histórico dos incontáveis séculos de opressão feminina a partir de cinco obras-primas. Defende-se que “A República”, escrito por Platão por volta de 380 a.C., seja o primeiro livro feminista do mundo ocidental, uma obra que aborda, inclusive, a questão do gênero sob a perspectiva do trabalho. A segunda obra dessa relação seria “A Igualdade dos Dois Sexos”, tratado que ataca a injustiça contra as mulheres e o desequilíbrio da condição feminina, e que foi publicado anonimamente em 1673 por François Poulain de la Barre, que passou para a história como precursor do feminismo. O terceiro livro seria “A Reivindicação dos Direitos da Mulher”, escrito por Mary Wollstonecraft em 1790, no qual estão lançados os alicerces do feminismo. Curiosamente, Wollstonecraft é mãe de Mary Shelley, autora da novela gótica “Frankenstein”, em que um cientista constrói um ser humano do sexo masculino tendo cadáveres por matérias-primas. A quarta obra da relação seria “A Sujeição das Mulheres”, escrito por John Stuart Mill no ano de 1861, em que o filósofo britânico combate a idéia de que as mulheres são essencialmente inferiores aos homens e que, por essa mesma razão, elas deveriam ser proibidas de ter acesso a certos aspectos da vida em sociedade, como trabalhar fora de casa para conquistar

independência e estabilidade financeira. Por fim, não se pode deixar de mencionar “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, lembrado também por alguns dos autores dos capítulos do livro organizado por Maria Ester de Freitas e Marcelo Dantas, ao contrário das demais obras relacionadas neste interminável parágrafo, que não foram citadas por nenhum desses autores - assim como outros textos atemporais de calibre parelho. Evidentemente, talvez não fosse sensato esperar que um dos co-autores de “Diversidade Sexual e Trabalho” se remetesse ao ficcional “Frankenstein”, ainda que, oportunamente, algumas das obras da ensaísta Virginia Woolf ou do poeta Charles Bukowski pudessem ter sido somadas à lista de referências acadêmicas aqui oferecidas. A primeira, pelo caráter acidamente feminista de sua arte; o segundo, porque sempre é saudável buscar um pretexto para se ler o bom e velho Buk, qualquer que seja ele.

Na segunda metade do Século XX, mais precisamente entre os anos de 1967 e 1975, em um período histórico do movimento feminista que ficou conhecido como “segunda onda”, em função da necessidade de combater o reducionismo biológico e do imperativo de lançar luz sobre a construção histórica e social dos sexos, cria-se o conceito de gênero como uma nova categoria de investigação acerca das questões relacionadas às diferenças entre os sexos. Elaborado para destacar o caráter sócio-político das diferenças e das discriminações baseadas no sexo, o conceito de gênero é dinâmico: “diferentemente do sexo, visto como um *dado* natural, a constituição das diferenças de gênero é um *processo* histórico e social” (CARVALHO, 2010, p. 235). Essa abordagem conceitual é precisamente a mesma que dá suporte, atualmente, ao acirrado debate acerca da questão da diversidade de gênero no trabalho, que se espalha pelos círculos acadêmicos do Brasil e do mundo (por exemplo: ORSER; LECK, 2010; PINHEIRO NETO; MAPURUNGA; SANTOS, 2010; SWAN, 2010).

Para além da dicotomia entre sexo e gênero, mas ainda resguardando por alicerce epistemológico os estudos feministas, a partir do final dos anos 1980, ganha espaço a perspectiva de que se deve contestar a noção de identidades de gênero vistas como imutáveis e tidas como enraizadas no corpo, na natureza ou em uma heterossexualidade normativa (BUTLER, 2007). Emerge então a teoria *queer*, uma corrente de teoria crítica que, tomando por base a diversidade encontrada nas práticas sexuais não-normativas, impugnou as formas hegemônicas de compreender as identidades sociais. Traduzida para o português como “estranho” ou “ridículo”, a expressão *queer* é aproveitada para sublinhar tudo o que foi marginalizado ou classificado como perversão por uma sociedade que condena o “esquisito”, de modo a questionar aquilo que se encontra no cerne dessa sociedade: a normatividade heterossexual. Para Louro (2001, p. 546), “a perspectiva *queer* vai contra todo e qualquer modelo reducionista e simplista da diversidade sexual”, defendendo assim “todas as formas de identidade sexual, refutando as forças sociais e históricas que elegem um modelo em detrimento de outro”. Sob essa bandeira, a teoria *queer* congrega possibilidades irrestritas de indivíduos em diversidade sexual, tais como gays, lésbicas, bissexuais e trans-gêneros.

No livro “Diversidade Sexual e Trabalho”, os capítulos sobre gênero embasados pela oposição binária entre masculino e feminino se sobressaem em número com relação aos capítulos que abordam a questão sob o ponto de vista de que, também no mundo do trabalho, não há identidades sexuais biologicamente inscritas na natureza humana, porém possibilidades socialmente variáveis de assumir tais identidades. Os três capítulos que adotam essa última perspectiva, contudo, parecem corresponder mais à proposta de ousadia, novidade e originalidade pretendida na apresentação da obra do que os demais textos - especialmente o capítulo sobre travestis e transexuais no trabalho, produzido por Hélio Arthur Irigaray, combativo como em todos os seus artigos costumeiramente publicados em periódicos e anais de congressos no campo de Administração, e único autor do livro a mergulhar fundo na abordagem *queer*. Também merece destaque positivo o capítulo “Além dos estigmas profissionais”, aos cuidados de Luiz Alex Silva Saraiva, que explorou a questão das profissões em que subsiste o estigma por relações de gênero, detendo-se no problema da redução dos homossexuais masculinos a papéis profissionais estigmatizados, tais como cabeleireiros, maquiadores e os outros tantos personagens que povoam o vasto repertório anedótico de que se valem os Costinhos cotidianos para (des)educar os brasileiros.

Dentre os autores contemporâneos reconhecidos globalmente por sua produção acadêmica dedicada ao desenvolvimento da teoria *queer*, destacam-se David M. Halperin, Eve Kosofsky Sedgwick, Joshua Gamson, Judith Halberstam, Judith Butler, Michael Warner, Roderick Ferguson e Steven Seidman. Já as autoras contemporâneas mais amplamente relacionadas aos estudos de gênero e/ou estudos feministas são Carol Gilligan, Celia Amorós, Elisabeth Badinter, Luce Irigaray, Michelle Perrot, Monique Wittig e Rosi Braidotti. Surpreendentemente, dos quinze autores citados neste parágrafo, somente Judith Butler aparece entre as referências bibliográficas de dois capítulos do livro “Diversidade Sexual e Trabalho”. Os outros quatorze autores foram ignorados pelos pesquisadores que assinam os capítulos da obra. Vale notar que, se não fosse por duas exceções - Ana Paula Cortat Zambrotti Gomes e Rodrigo Maurício Freire Soares -, todos os dezoito acadêmicos encarregados pelos capítulos do livro teriam citado a si próprios em seus textos.

Essa tendência à auto-referência que parece conservar os acadêmicos do campo não é novidade para ninguém e, em certos casos, nem chega a constituir um grande problema, ainda que se creia que os aportes teóricos advindos de outros campos e de fontes menos óbvias poderiam catalizar uma produção científica mais consistente. Por exemplo, não obstante o fato de ter pinçado nada menos que onze textos de sua própria autoria para dar suporte à sua argumentação, Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo elabora um dos textos mais encorpados do livro, o capítulo intitulado “Mulheres gerentes entre o empoderamento e o teto de vidro”, em que se discute se haveria no Brasil de hoje, assim como nos Estados Unidos do final dos anos 1980, o estabelecimento de barreiras que vedassem às mulheres o acesso aos cargos mais elevados das hierarquias organizacionais. Outro ótimo capítulo de “Diversidade Sexual e Trabalho” foi produzido por Cláudia Sirangelo Eccel e Rafael Alcadipani, que exercem a inteligente opção de investigar os atritos de gênero no mundo do trabalho a partir das masculinidades.

Outras observações sobre a obra em exame se fazem necessárias, ainda que elas não versem diretamente sobre conteúdos acadêmicos. Diante da profusão de erros de ortografia e sintaxe, especialmente nos primeiros capítulos do livro, a revisão conduzida por Alessandra Maria Rodrigues Silva e Cristine Vecchi está longe de poder ser classificada como minimamente satisfatória. A diagramação assinada por Negrito Design está correta, enquanto a capa, que ficou aos cuidados de Souto Crescimento de Marca, é simplória e desinteressante, mesclando tons pastéis de lilás e verde por sobre um previsível grafismo que simboliza cisão ou divisão.

No dia 20 de outubro de 2011, os valores encontrados em um sítio eletrônico que compara preços de livros distribuíam-se na faixa entre R\$ 32,90 e R\$ 49,90 para “Diversidade Sexual e Trabalho”, com maior frequência para valores pouco acima dos R\$ 40,00. Precisamente nesse mesmo dia, o mais popular sítio eletrônico de compras coletivas do país oferecia aos membros de sua rede social um pacote de higienização, hidratação, escova de alto brilho e prancha, em um salão de cabeleireiros localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, de R\$ 280,00 por R\$ 39,00. Pelo mesmo valor do livro, mantidas as condições sociais, culturais, econômicas e políticas exploradas na obra, a valerem os estereótipos de gênero, uma mulher que jamais atingirá o alto escalão de sua empresa poderá comprar os serviços de um cabeleireiro *gay* e, durante a sessão em que fios capilares serão estupendamente revigorados, esses dois personagens irão se dedicar a conversar sobre problemas variados de cama e mesa, mas nunca sobre os dilemas do trabalho para os representantes das diversidades sexuais. Que o livro organizado por Maria Ester de Freitas e Marcelo Dantas inspire novas iniciativas, pois elas são mais do que requeridas.

## Referências

ALMEIDA, J.; MIRANDA, M. O uso de pronomes de primeira pessoa em artigos acadêmicos: uma abordagem baseada em *corpus*. *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, v. 13, n. 2, p. 68-83, 2009.

- BUTLER, J. *El género en disputa*. Barcelona: Paidós, 2007.
- CARVALHO, M. Gênero. In: BARRETTO, V.; CULLETON, A. (Coord.). *Dicionário de Filosofia Política*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010. p. 234-237.
- FADUL, E.; SILVA, M. Limites e possibilidades disciplinares da administração pública e dos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 13, n. 3, p. 351-365, jul./set. 2009.
- LOURO, G. Teoria *queer* – uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.
- MENEGHETTI, F. O que é um ensaio teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, p. 320-332, mar./abr. 2011.
- NASCIMENTO, P. O livre arbítrio epistemológico na Administração. *Organizações & Sociedade*, v. 13, n. 38, p. 31-44, jul./set. 2006.
- ORSER, B.; LECK, J. Gender influences on career success outcomes. *Gender in Management: An International Journal*, v. 25, n. 5, p. 386-407, 2010.
- PINHEIRO NETO, G.; MAPURUNGA, A.; SANTOS, S. Marys dos estudos organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 6., 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Anpad 2010.
- ROESCH, S. Quem responde pelo desempenho limitado da produção científica em Administração no Brasil? *Organizações & Sociedade*, v. 10, n. 28, p. 165-167, set./dez. 2003.
- SWAN, E. "A testing time, full of potential?" Gender in management, histories and futures. *Gender in Management: An International Journal*, v. 25, n. 8, p. 661-675, 2010.

**Resenha recebida em 23/10/2011.**

**Resenha aprovada em 25/11/2011.**